

João Malato

4468  
**Como redimir os índios**

Ilustrada com a foto do avião a ser adquirido, este jornal divulgou, há dias, uma notícia sobre um novo plano das tribos indígenas deste Estado, de aplicarem uma parte dos grandes capitais que estão desperdiçando em gastos perdulários, na compra de aviões que lhes sirvam não só para a vigilância das suas enormes áreas tribais, como para as suas comunicações internas e digressões no rumo de Brasília, sempre que houver postulações a fazer junto ao governo da República, ou mesmo verbas a receber da tesouraria da Funab.

O fato de um avião, mesmo do tipo "teco-teco", custar qualquer coisa acima de 40 milhões de cruzeiros, não amedronta os nossos caríssimos e desvalidos irmãos da selva, que vivem, praticamente, atolados em dinheiro, oriundo as mais das vezes, do poço sem fundo do orçamento federal, quando não vem dos cofres de empresas como a Companhia Vale do Rio Doce e a Eletronorte, as quais, para terem permissão de passar por dentro da reserva dos índios "Gaviões", em Marabá, e que já não somam mais de 80 indivíduos, tiveram de desembolsar algumas dezenas de milhões de cruzeiros, entregues irregularmente ao cacique, que os desperdiçou na compra de bugigangas e na construção de habitações cidadinas, à base de tijolo e cimento, que subverteram os hábitos seculares dos tapuias, que preferem dormir no mato do que suportar o confinamento e a dispena que as novas casas lhes proporcionam.

Pois, a despeito desse erro e dessa crua experiência, já ontem voltamos a ler, neste mesmo O LIBERAL, uma destacada notícia de que "o Ministério do Interior vai repassar à Cohab da cidade de Bauru, no Estado de São Paulo, a verba de 300 milhões de cruzeiros para que a mesma companhia forneça aos índios que vivem na aldeia do Arariba, município de Avai, todo o material constante de tijolo, cimento, madeira, plantas e orientação técnica, para que eles mesmos construam as suas futuras habitações, num total de 54 casas, cada uma com uma área construída de 50 metros quadrados. Mesmo os índios concorrendo com o seu serviço gratuito, a Cohab já estimou em cinco milhões de cruzeiros os gastos que irá ter com cada uma dessas "casinhas de cachorro".

Pode-se imaginar, de antemão, a porcaria que irá resultar desse original plano habitacional, cuja execução técnica vai ficar a cargo de aborígenes que, de experiência sobre construção de imóveis, só possuem aquela que adquiriram por herança atávica, que consiste em enterrar no chão, em círculo, meia dúzia de esteios, ligá-los, pelo alto, por varas amarradas com cipó e completadas por uma cobertura de folhas de palmeiras. Passar desse tipo de "arquitectura", para a tecnologia do cimento e do tijolo, em que o esquadro e o plumo são instrumentos absolutamente indispensáveis, é uma tentativa que só se pode fazer com o dinheiro da Nação, e quando uma construtora estatal, como a já famosa Cohab, não tem contas a prestar, nem responsabilidades a assumir. E, por essa forma, lá se vão os trezentos milhões do pobre contribuinte brasileiro...

Em recente artigo que aqui escrevi, sugeri que, ao em vez do dinheiro vultoso que o governo encaminha para as tribos remanescentes que vegetam, ociosamente, em nossos sertões, e que é aumentado pelas contribuições forçadas e valiosas que lhes são feitas por garimpeiros e falcadores de ouro, e as quais chegam a somar dezenas de bilhões de cruzeiros, anualmente, — sugeri que toda essa riqueza fosse aplicada num plano de assistência cultural e artesanal, objetivando a redenção econômica dos nossos índios, através de uma agricultura mecanizada, cuja produção seria beneficiada e industrializada pelos mesmos índios, mediante aparelhamentos moderníssimos, que transformariam a mandioca em farinha, que transformariam o algodão em tecidos, em redes para dormir, em tapetes, em linhas de costura e de pesca, sem excluir dessa enorme gama industrial que os índios poderiam fabricar, os produtos de cerâmica, como o tijolo, a telha, a lajota, os vasos de barro, etc., etc. Quisesse o governo, e os nossos índios poderiam, não só realizar grandes plantações de arroz, como beneficiar toda a produção, com o uso de processos técnicos os mais adiantados, em cujo manejo os aborígenes seriam antecipadamente treinados. A aquisição desses aparelhamentos poderia ser feita com os "royalties" que os mineradores de ouro estão pagando diretamente aos índios, na base da grama do minério extraído, além das pesadas verbas orçamentárias que são despendidas com os índios através da Funai — que até hoje não encontrou uma justificativa para a sua própria existência.

Não é segredo, o grande desperdício que os silvícolas estão fazendo com os milhões e milhões que lhes chegam às mãos, provenientes desses repasses, e que são aplicados em televisões, em vitrolas e aparelhos de som, geladeiras, sorveteiras e implementos outros que eles não sabem manejar, e que se deterioram facilmente.

Ensinar-lhes a construir casas de tijolos e cimento, poderia ser um bem, na medida em que a profissionalização do ofício de pedreiro pudesse interessar as outras tribos espalhadas pelo Brasil, e ainda não dispostas a trocar as suas malocas de palha e chão batido, por aquartelamentos de ferro e cimento.

Do que os índios precisam, mesmo, é de um organismo assistencial que lhes infunda o hábito do trabalho, e lhes dê uma concepção da vida agro-artesanal, para que beneficiem, eles próprios, os produtos de sua lavoura, para que possam exportar farinha de mandioca, arroz beneficiado, redes e tecidos de algodão, cerâmica de todos os tipos, objetos de couro e de fibra e até rapaduras e outros sub-produtos da cana de açúcar.

No dia em que, nas nossas feiras cidadinas, a figura do produtor estiver representada pelo índio operoso e plantador — nesse dia o Brasil terá atingido a suma melhor etapa econômica e social.